

Dívidas interna e externa estão sob controle, diz BC

Governo tentará provar, no detalhe, que temor sobre endividamento não se justifica

“É preciso mostrar estes fatos e números para o maior número de pessoas”, diz Luiz Fernando Figueiredo, diretor de Política Monetária do Banco Central (BC). Ele se refere à incansável tarefa do governo brasileiro de elaborar análises demonstrando a sustentabilidade do endividamento público brasileiro, e também do financiamento externo do balanço de pagamentos.

Na área externa, além do forte ajuste que já está ocorrendo (ver matéria acima), Figueiredo analisa separadamente as duas vertentes do problema brasileiro. O primeiro é a dívida externa pública, o chamado “risco soberano”, que inclui os débitos da União (a maior parte), Estados e municípios.

No pior momento da atual turbulência, a cotação de mercado de toda a dívida pública externa brasileira estava em US\$ 30 bilhões, observa o diretor do BC. As reservas internacionais brutas do Brasil, pouco abaixo de US\$ 40 bilhões, são portanto maiores do que toda a dívida, naquela cotação. Além disso, ele continua, apesar com novos aportes de recursos do Banco Mundial e do

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de US\$ 7 bilhões, e mais os juros sobre as reservas brasileiras, o Brasil cobre todos praticamente todos os juros e amortizações da dívida externa pública até o fim de 2003, sem excluir os títulos que foram recomprados recentemente pelo BC. E sem contar os empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI). “Como é que se pode considerar que um país nesta situação tenha um problema de dívida externa?”, pergunta-se Figueiredo.

Uma outra questão é a dívida externa privada, que é bem maior. Na lógica do câmbio flutuante, porém, o BC não tem nenhuma obrigação de fornecer dólares para que as empresas paguem juros e quitem suas dívidas. Diversas grandes empresas privadas já estão renegociando ativamente as condições de seus empréstimos externos (a Eletropaulo é um exemplo), sem que isto afete a qualidade do crédito externo do setor público.

O BC, é claro, procura ajudar as empresas privadas no doloroso processo de ajuste à redução do crédito externo, vendendo dólares no mercado à vista, ou ajudando os exportadores com leilões de linhas comerciais (os US\$ 30 bilhões do pacote com o FMI são um reforço financeiro fundamental para a atuação do BC). Mas a intervenção só é feita, co-

mo Figueiredo gosta de repetir, “tendo em mente que a prioridade máxima do BC é a dívida soberana; nós podemos dar liquidez ao mercado desde que isto não nos fragilize, e não comprometa as reservas mais à frente”. Estabelecido este limite para a atuação do BC, o restante do ajuste acontece mesmo pela desvalorização do real, que leva ao aumento do saldo comercial (que já vem acontecendo), mesmo que ao custo de uma inflação um pouco mais alta.

No caso da dívida interna, de R\$ 675 bilhões, o grande trunfo brasileiro, para o gover-

no, é o fato de ela estar praticamente toda nas mãos de brasileiros e ser denominada na moeda nacional (mesmo a parte indevida ao dólar é paga em reais).

A poupança dos brasileiros, diz Figueiredo, permanece dentro do sistema financeiro nacional, e acaba inexoravelmente sendo aplicada em boa parte em títulos públicos. A alta do dólar no câmbio flutuante fecha a porta externa: “Conceitualmente, é quase impossível entender fuga de capitais com câmbio flutuante”, ele diz.

Em termos da rolagem propriamente dita, a dívida interna a vencer até o final do ano é de R\$ 90 bilhões, e o Tesouro tem em caixa quase R\$ 80 bilhões, e ainda prevê angariar em receitas fiscais líquidas entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões. (F.D.)

**CÂMBIO
FLUTUANTE
EVITA FUGA
DE CAPITAIS**